

“DE BRAÇOS LEVANTADOS PARA DEUS”

DESENVOLVIMENTO E VIDA ESPIRITUAL

Robert Müller, assessor de vários Secretários-Gerais das Nações Unidas ao longo de quarenta anos, escreveu uma espécie de cantata a que deu o título de “*O novo Génesis*”. Depois de percorrer, dia-a-dia, o relato bíblico da Criação, a propósito do sétimo dia, aquele em que Deus parece retirar-se de cena, em descanso, para que o homem assuma a tarefa de organizar e fazer frutificar o mundo, escreve assim:

“E Deus viu que os homens redescobriam a Deus como seu Alfa e Ómega, e à pessoa humana, reduzindo as instituições, crenças políticas, governos e demais entidades ao seu papel de simples servidores de Deus e dos povos. E Deus viu que eles adoptaram como lei suprema aquela que diz assim: ‘Amarás ao Deus do Universo com todo o teu coração, com toda a tua alma, com toda a tua mente e com todas as tuas forças. Velarás pelo teu belo e maravilhoso planeta e trata-lo-às com enorme cuidado. Amarás aos teus irmãos e irmãs como te amas a ti mesmo. Não há mandamentos maiores que estes’. E Deus disse: “Assim está bem”. Veio uma tarde e uma manhã. Foi este o sétimo dia do Planeta de Deus¹”.

Transcrevi esta paráfrase porque nos conduz a perguntas essenciais: há ou não alguma «finalização» no acto criador? Deus, quando criou, tinha algum objectivo em mente? Existirá um «plano de Deus» para o mundo e para as suas estruturas (o social, político, económico, financeiro, educativo, cultural, etc.)? Se sim, como se acede ao conhecimento desse plano? E como se executa? Quem o deve concretizar? É para este âmbito significativo que apontarão as despreziosas reflexões que se seguem.

1. A mundividência cristã afirma que, fosse qual fosse a maneira como o mundo teve início, ele não é o mero produto do acaso ou da necessidade, mas obra amorosa de um Deus-Amor que quis revelar-Se a seres com quem pudesse estabelecer especiais laços de familiaridade. Por isso e para isso, criou o universo onde esses seres, as pessoas,

¹ <http://robertmuller.org/mr/p01.html>. Este autor está fortemente ligado ao movimento gnóstico “new age”. Por isso, se o cito é exclusivamente pelo motivo que se refere no texto.

pudessem viver. É esta convicção que reassume nas páginas da Bíblia: *“Foi o Senhor quem nos criou. D’Ele somos, a Ele pertencemos. Somos o Seu Povo, as ovelhas do Seu rebanho”* (Sl 100, 3). Isto é: descobre-se e afirma-se o mistério de um Amor pessoal que está por detrás da nossa vida e de tudo o que existe. E que esse Amor criou com um objectivo e que a vida humana só se cumpre se aceitar inserir-se nele: que a humanidade constitua um povo de irmãos e que, diligentemente, ordene o mundo e os seres. É o que, em linguagem poética, afirma o autor do livro do Génesis: *“Deus disse: «Façamos o homem à nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra»”* (Gn 1, 26).

Eis, pois, uma ideia fundamental, tão difícil de compreender ao nosso tempo: não somos simples criaturas, como as plantas e os animais. Nem sequer melhores criaturas. Somos radicalmente diferentes, filhos de Deus, Sua imagem e semelhança, maravilha única a Seus olhos. Não somos simples produto do acaso biológico, da combinação do DNA. Mas seres de espírito: espírito encarnado. De algum modo, seres de sobrenatureza, porque chamados benevolmente à familiaridade com a divindade. É o que se ressalta com a célebre expressão: criados *“à imagem e semelhança de Deus”*.

2. Mas só descobrimos isto quando nos deixamos elevar pelo nosso Deus. Num vale ou no fundo de um poço, veremos muito pouco. Mas do alto de uma grande montanha, alargam-se os horizontes e o panorama e ficamos em condições de fazer uma ideia mais justa das coisas e do mundo. E mesmo da nossa grandeza e tarefa.

É esta visão que o cristão tem de próprio, pois só acontece no mistério de Deus. Mistério que, na oração, nos envolve em proximidade máxima. É então que passamos a ver com os olhos de Deus e a sentir com o seu coração. E a descobrir o que, de outra forma, não descobriríamos. Por isso, tem razão o filósofo Wittgenstein quando recorda que *“rezar significa tomar consciência de que o sentido do mundo está fora do mundo”*. Não está nas leis físicas nem nas pretensamente imutáveis regras da economia e da alta finança internacional. Está no tal plano de fraternidade. *“Naturalmente – recorro a palavras de Bento XVI- quando falamos em oração, é necessário ter presente*

que ela é uma atitude interior, e não uma série de práticas e fórmulas, um modo de ser diante de Deus, e não o cumprir gestos de culto ou pronunciar palavras”².

“*Uma maneira de ser diante de Deus*”. Gostava de sublinhar esta expressão, pois é a chave de leitura de quanto pretendo transmitir. A partir desta convivialidade amorosa com Deus, o homem adquire como que uma segunda natureza. Permanece, obviamente, a natureza natural, desculpem a tautologia. Mas fica iluminada, assumida, elevada e unificada pela natureza espiritual ou transcendental. Por isso, o *homo orans*, é simultaneamente, o *homo religiosus*, o *homo sapiens* e o *homo faber*. O homem não espartilhado, mas unificado. É o mesmo homem que lança raízes nos distintos sectores mundanos, dos quais carece enquanto homem. Mas, segundo uma “nova maneira de ser”. Sem os idolatrar. Pelo contrário, humanizando-os: colocando-os sabiamente ao serviço das suas necessidades e das dos outros, segundo o paradigma da actuação de Jesus. O que se traduz num específico timbre de promoção e desenvolvimento, e faz deste humano, integral e verdadeiro. O tal que Paulo VI designou com a conhecida expressão: “*passagem de todos e cada um de condições menos humanas a condições mais humanas*” (PP 20). Não nos esquecendo que, nestas “*condições mais humanas*” se insere, de forma imprescindível, a dimensão espiritual ou transcendental.

Os cristãos também designam esta actividade por «construção do Reino de Deus». Embora saibam que este Reino não pode atingir a sua plenitude dentro das limitações deste mundo, metem mãos à obra para fazer da história verdadeira história de salvação. O que equivale a «divinizar» o homem, retirá-lo desse determinismo ou behaviorismo biológico natural e elevá-lo até esse ápice da salvação que é Jesus Cristo. Mas que o Concílio, numa linguagem mais de acordo com a sensibilidade do nosso tempo, exprimiu em termos de «humanização»: o verdadeiro desenvolvimento consiste em “*dar um sentido mais humano ao homem e sua história*” (GS). Ou seja: a actividade e o ideal ético dos cristãos assenta e pode resumir-se a dois trajectos complementares que se implicam mutuamente: humanização/divinização³.

² BENTO XVI - Audiência geral de 15/05/2011.

³ VIDAL, M. – Civilização do amor. Em *Dicionário de Moral*. Porto: Perpétuo Socorro, 96-97.

3. Humanização/divinização. Os cristãos sabem que isto só é possível em Jesus Cristo, o «homem novo», o homem realizado em plenitude, o primogénito da nova humanidade. O homem que se relaciona tão perfeitamente com Deus a quem pode tratar por «Abba» ou «paizinho», e se liga tão harmoniosamente aos outros que os sente, deveras, como «irmãos». Por isso, dão crédito à metáfora bíblica do «revestir-se»: revestir-se de Cristo, o homem novo, realizando uma nova conformação, uma nova maneira de ser, uma forma concreta e existencial de plasmar a vida⁴.

Assim revestidos de Cristo, descobrem que o sentido da existência passa pela integral libertação humana. É que Ele veio “*anunciar a Boa Nova aos pobres, proclamar a libertação aos cativos, e aos cegos a recuperação da vista, mandar em liberdade os oprimidos e a todos proclamar um tempo favorável da parte do Senhor*” (Lc 4, 18-19). Em Jesus, há, libertação integral; doutra forma, seria subjugação ao mal, antítese de Deus. E sem libertação, sem humanização e divinização, corre-se o sério risco de transformar em ídolos os vários sectores da actividade humana, mormente aqueles aos quais, pela natureza das coisas, o nosso coração mais se agarra: a economia e o que lhe está ligado. É o perigo de todos os tempos e também do nosso: o regresso do velho Mammon, o deus-dinheiro. Mas este e os outros ídolos, como os antigos, devoram e exigem sacrifícios. Mesmo cruentos. Que o digam os eufemisticamente designados «desafortunados» do mundo: os 90% que têm de sobreviver com apenas 10% da riqueza do planeta para que os outros 10% possam gastar, à tripa forra, 90% dos bens disponíveis. Tem razão um teólogo contemporâneo quando escreve:

“A fé [no mistério da Trindade] pode libertar o ser humano da tentação ancestral e sempre renovada de apelar aos ídolos. A sua aparência de divindades benévolas encerra a máxima crueldade da despersonalização do indivíduo que adora o fruto das suas mãos. Ao contrário do que se diz nas críticas actuais contra o monoteísmo, há que reconhecer que a idolatria comporta também a maior fonte de agressividade social e de cainismo [agressividade fratricida de Caím]. Os ídolos nascem da pobreza do ser humano, não da bondade de Deus manifestada na sua doação e oblatividade. Por conseguinte, a adoração dos ídolos é um sinal de indigência, não da riqueza que se gera e se entrega tão só na ternura. Os ídolos nada sabem de intimidade. Não podem estabelecer critérios de

⁴ Cf. ALVAREZ VERDES, L. – La moral del indicativo en Pablo. Em VIDAL, M. (Coord.), *Conceptos fundamentales de ética teológica*. Madrid: Trotta, 1992, 101.

fraternidade entre os seres humanos e, portanto, não podem fundamentar a justiça nem o amor”⁵.

4. Como vemos, a espiritualidade cristã não é inócua. Ela interliga-se, efectivamente, com um sã desenvolvimento integral, hoje desprezado em múltiplos sectores. Não os podendo referir a todos, indico alguns mais urgentes, de forma quase telegráfica.

4.1 - A paz, enquanto expressão de uma nova ordem social que encarne e exprima o desígnio de Deus para a história humana. É dos temas mais urgentes nos nossos dias. Não só à escala global, mas também entre nós, pois subjaz nas sociedades modernas uma forte dose de conflituosidade social que pode descair na mais pura irracionalidade e na violência gratuita. Temos muitos exemplos recentes.

Ora, para além da educação e da promoção dos direitos humanos, como diz o Compêndio da Doutrina Social (nº 519), “*a Igreja luta pela paz com a oração*”, cujo cume é a Eucaristia. E interligam-se estreitamente. Vejamos. Uma das fórmulas de saudação inicial da Missa é precisamente: “*A paz esteja convosco*”. O Glória canta a paz e é súplica de paz. Muitas das orações de entrada –colectas- pedem a paz. Nas anáforas há constantes apelos ao dom da paz e da unidade. No rito da comunhão pede-se “*a paz para os nossos dias*” e recorda que a “*união e a paz*” é vontade de Jesus. Pede-se ao Cordeiro de Deus que nos dê a paz. Antes da comunhão todos se saúdam na paz de Cristo. A assembleia conclui-se com o “*Ide em paz e o Senhor vos acompanhe*”.

Se assim é, quem celebra a Eucaristia pode ignorar a paz? A liturgia é indiferente ao enorme bem social da paz ou favorece-a? A resposta é simples.

4.2 - Outro âmbito é **a verdade**, antídoto do relativismo. O nosso tempo caracteriza-se pela absoluta tirania do querer, da vontade, do livre arbítrio. Apenas o desejo e desejo mais ao menos arbitrário, comanda a vida de muitos. Para eles, o bem e a verdade deixaram de ter consistência objectiva para apenas dependerem do apetite de cada um. Mas, obviamente, nós não somos donos da verdade e não temos poder para a fazer ou desfazer; nós é que estamos imersos na verdade. Isto é: a verdade não é propriedade privada de ninguém, algo de que se possa dispor a bel-prazer. Muito menos será o resultado do puro acto volitivo, do «apetece-me» ou «quero que seja assim ou assado»,

⁵ FLECHA, J-R, *Moral social. La vida en comunidad*. Salamanca: Sígueme, 2007, 47.

da vontade de maiorias massificadas ou minorias activas. A sociedade não estaria tão fragmentada e dividida sobre inúmeros temas fracturantes se se dispusesse a procurar a verdade objectiva e não permanecer ao nível da superficialidade das ideias e cosmovisões que cada um possui ou que as modas ditam.

4.3 – Também é urgente a **abertura ao outro**. A nossa cultura de um desenfreado individualismo não a favorece. Mas só a abertura liberta da solidão doentia e marginalizadora. Só a relação conduz ao amor, antídoto do isolamento neurótico. O verdadeiro humanismo passa por esta relação de abertura. E é nele que se dá a «geração» da pessoa, pois esta «faz-se» quando se ultrapassa a pura instintividade e entra no reino da convivialidade enriquecedora para todas as partes. É esta dimensão relacional que evita a asfixia da autonomia absoluta. A exaltação da subjectividade total conduz à morte por implosão.

4.4 – Outro tema é a **capacidade de discernimento**. Se alguma nota ressalta do nosso mundo é a sua complexidade e pluralismo. Se assim é, compreendem-se as inúmeras propostas, necessariamente diferentes e até contraditórias. Daqui a pergunta lógica: todas as escolhas serão igualmente sensatas? Claro que não. Há que evitar escolhas unilaterais, redutoras e falsas. Ora, “*qualquer discernimento comporta uma decisão e qualquer decisão comporta uma rescisão, isto é, uma eliminação de possibilidades alternativas àquela assumida*”⁶. O que não é tarefa fácil. Daí a necessidade de um desenvolvimento que distinga o bem e verdadeiro do falso e requeitado.

4.5 - Gostaria ainda de referir a relação entre **Estado de direito e desenvolvimento**. Sabemos que, desde há cerca de dois séculos, o Estado foi deixando de assentar na ética e no direito natural para passar a fundar-se na vontade arbitrária dos homens, traduzida no maior número de votos. Mas este consenso nem sempre é justo e até pode ser perigoso: abre as portas aos totalitarismos, ainda que sob a capa de democracia. E o culpado é o relativismo ético: se não existe um bem objectivo, cuja realidade se me impõe, então tudo depende da emotividade e não da racionalidade. Emotividade hoje facilmente empolada pelas modernas técnicas de persuasão. Mas –insisto- isto abre a porta às ditaduras, pois toda a ditadura é a negação de uma verdade reconhecida como

⁶ ZUCCARO, C. - La morale Cristiana, fattore di educazione della persona: *Rivista di Teologia Morale* 162 (2009) 188.

tal⁷. Dou um exemplo: quando uma lei priva alguns seres humanos da protecção que lhe é devida, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento, o Estado nega a igualdade de todos perante a lei e, deste modo, desfaz o próprio fundamento do Estado de direito. Hoje, é neste âmbito; amanhã, pode ser noutros. É ocasião de pensar bem na afirmação do Beato João Paulo II: “*O valor da democracia mantém-se ou desaparece nos valores que encarna ou nega*” (*Evangelium vitae*, 70). E de nos interrogarmos se terá futuro uma democracia meramente formal, sem preocupação pela ética e pelo bem comum.

5. A falta do fundamento ético-espiritual também inviabiliza a fraternidade, ideal nobre, acalentado pela modernidade, mas transformado em oco chavão. Por sinal, chavão que se ouve cada vez menos. Porquê? É que nem a experiência nem a inteligência descobre no outro um «irmão». Pelo contrário, o «outro» pode ser visto como um obstáculo aos meus interesses. Então, ligo-me e dedico-me mais a um qualquer animal de estimação do que aos outros. E refugio-me nisso. É que para viver a fraternidade é preciso um acto de fé: que constituímos uma comunidade de origem, de vida e de destino (vimos de Deus e vamos para Deus); que somos fruto da paternidade universal e amorosa de Deus, que floresce no exercício da caridade.

Precisamente para introduzir novos valores na vida social, parece-me urgente a inserção do cristão na política activa. Não chega que sejamos bons nas periferias sectoriais: somos referência no apoio aos carenciados; criamos as mais conceituadas Escolas; nas nossas estruturas de saúde, os cuidados são personalizados; com poucos recursos, conseguimos socorrer a muitos; etc. Tudo isto é bom. Mas tudo isto é apenas as margens das diversas políticas. E é no centro, nos Ministérios, que se tomam as grandes decisões. Então, é aí que o cristão deve estar, para que as decisões tomadas sejam sensatas, humanas, éticas e em função do bem comum universal. Porque é que por essa Europa fora há tão poucos cristãos assumidos nos governos?

Infelizmente, o modelo de santidade ainda está muito centrado na micro-caridade. Mas, nas condições actuais, é impossível o amor ao próximo em larga escala –a macro-caridade– fora da vinculação política. Sem desprezar esta micro-caridade, há

⁷ Cf. FLECHA, J-R., *cit.*, 375.

que valorizar a «caridade de longo alcance», a caridade política, a única que pode gerar o bem comum universal. Não me estou a referir, evidentemente, à constituição de partidos cristãos e para cristãos ou de uma qualquer democracia dita cristã, mas à inserção nos partidos democráticos e respeitadores da dignidade humana que já existem. Aos cristãos só estão vetados os partidos de base materialista e ditatorial.

6. Voltemos ao tema da espiritualidade. O encontro e a adesão profunda à «mente» e ao «coração» do Senhor tornam-se particularmente intensos na oração e na liturgia. Por consequência, a caridade cristã ou amor-doação, recebe da liturgia a sua força e fundamento, como afirma a conhecida síntese conciliar: “*A liturgia é o cume para o qual tende a actividade da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte donde promana toda a sua força*” (SC10). E especifica: “*A renovação da Aliança do Senhor com os homens na Eucaristia impulsiona os fiéis na urgente caridade de Cristo*” (SC 10). Quer dizer: a celebração do amor de Jesus na Eucaristia não nos pode deixar indiferentes. Da mesma forma que a Eucaristia não é mais uma qualquer dádiva do Senhor, mas o culminar e a expressão de todos os seus gestos de amor, o cristão só tem direito a nela tomar parte se, de algum modo, se dispuser a doar a própria vida e o próprio sangue “*por todos, para remissão dos pecados*”. Isto é, para retirar todo o mal introduzido pelo homem no mundo e suas estruturas ou pecado estrutural.

É esta a lógica da fé e da espiritualidade cristã: a um Deus que opta, assim, pelo homem não se pode corresponder de outra forma que não seja, no agradecimento, copiar-lhe a atitude de doação. Aliás, ao entregar-se por todos, Jesus convida os seguidores a fazerem o mesmo: o “*fazei isto em memória de Mim*” é recomendação muito mais existencial que ritual. É para ser celebrado e vivido e não apenas celebrado. À dádiva gratuita de Deus tem de seguir-se a gratuidade humana a favor dos irmãos. O que gera a fraternidade, universal e indiscriminada, como tão bem exprime o gesto do lava-pés, “*enquanto celebravam a ceia*” (Jo 13, 3), a Eucaristia, e que S. João vê como consequência desta: “*Compreendeis o que eu vos fiz? Dei-vos o exemplo para que, assim como eu vos fiz, vós façais também*” (Jo 13, 13.15).

Esta compreensão das consequências da celebração eucarística esteve sempre presente na mente da Igreja. O «repartir» e o «dar-se» tornam-se a dedução lógica do exemplo de Jesus que fez da Sua vida uma vida-para-os-outros. O pão e o vinho do

altar são também símbolos do pão e do vinho novo da alegria e do contentamento que hão-de chegar à mesa de toda a humanidade. A ponto de, para a Igreja antiga, a oferenda dos fiéis para os pobres ser indissociável da Eucaristia. Por exemplo, São Cipriano garantia que, quando os ricos não levavam para a Eucaristia aquilo de que os pobres necessitavam, simplesmente estavam presentes, mas não participavam. São palavras do santo bispo de Cartago, denominado «Papa africano»: “*Crês que celebras o sacrifício do Senhor, tu que não te importas nada com a caixa das esmolas [para os pobres], que vens à celebração dominical de mãos vazias e que, pelo contrário, até pretendes tomar parte na oferenda que trouxe o pobre?*”. A resposta é um rotundo «não». E, já antes, Santo Ireneu de Lion definia a Eucaristia como “*oblação de homens livres*”, tal o valor concedido ao ofertório em favor dos necessitados.

Nesta linha, é particularmente vibrante a passagem de uma homilia de São João Crisóstomo, o «boca de ouro». Que nos interpela a todos:

*“Desejas honrar o Corpo de Cristo? Então, não o desprezes quando o encontras nu nos pobres, nem o honres aqui, no templo, com ornamentos de seda, se ao sair o abandonas ao frio e à nudez. Porque o mesmo que disse “Isto é o meu corpo”, afirmou também: “Tive fome e não me deste de comer...”. E mais adiante: “Sempre que deixaste de fazer isso a um dos meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o deixaste de fazer”. Então, de que serviria adornar a mesa de Cristo com vasos de ouro se o mesmo Cristo morre de fome? Dá primeiro de comer ao faminto e só depois, com o que te sobre, adornarás a mesa de Cristo”*⁸.

O Magistério contemporâneo também não se esqueceu desta responsabilidade derivada da Eucaristia. São inúmeros textos de possível citação. Recordo as encíclicas do actual Papa: a “*Deus charitas est*” e a “*Charitas in veritate*”. Não transcrevo passagens por motivos óbvios: pelo conhecimento de todos e por falta de tempo⁹.

Conclusão

⁸ S. JOÃO CRISÓSTOMO, *Homilias sobre o Evangelho de Mateus*, 50, 3-4.

⁹ Na primeira encíclica, escrevia o actual Papa: “A «mística» do Sacramento [da Eucaristia] tem um carácter social [...]. A união com Cristo é, ao mesmo tempo, união com todos os demais aos quais Ele se entrega. Não posso ter a Cristo só para mim. A comunhão faz-me sair de mim mesmo para ir ao encontro d’Ele e, portanto, dos que a Ele estão ligados. Constituímos um corpo, unificados numa única existência. Então, o amor a Deus e ao próximo estão realmente unidos: o Verbo encarnado nos atrai a todos em Si.” BENTO XVI, *Deus charitas est*, 14.

No último número da sua celebrada encíclica “*Caritas in veritate [...] sobre o desenvolvimento integral na caridade e na verdade*”, o Papa Bento XVI escreveu e destacou a expressão que me impuseram como tema desta comunicação:

“O desenvolvimento tem necessidade de cristãos com os braços levantados para Deus em atitude de oração, cristãos movidos pela consciência de que o amor cheio de verdade do qual procede o desenvolvimento autêntico, não o produzimos nós, mas é-nos dado [...]. O desenvolvimento implica atenção à vida espiritual, uma séria consideração das experiências de confiança em Deus, de fraternidade espiritual em Cristo, de entrega à providência e misericórdia divinas, de amor e de perdão, de renúncia a si mesmo, de acolhimento do próximo, de justiça e de paz” (CV 79).

O autêntico desenvolvimento não é apenas uma questão de números. Passa antes por deixar-se elevar por Jesus Cristo. O que exclui todas as negatividades, a maior das quais é o pecado. Por algum motivo, no Baptismo, o catecúmeno, antes de professar a fé na Trindade, renuncia ao mal e ao pecado. Só dessa forma fica em condições de usar o nome de «cristão», isto é, aquele que atinge tal unidade com o seu Senhor que pode dizer como o Apóstolo: “*Já não sou eu que vivo. É Cristo que vive em mim*” (Gal 2, 20). É então que, na sua relação de intimidade orante e contemplativa com Cristo pobre e despojado, o crente não se torna um simples aliado natural de quem sofre solidão ou falta de pão, saúde ou sentido para a vida. Não aprende simplesmente a «servir». Mas aprende com Jesus o que significa mesmo “*anunciar o Evangelho aos pobres*”¹⁰.

Esta intimidade ou “nova maneira de ser” é o que designamos por espiritualidade. De toda a espiritualidade cristã, o ponto mais alto é a Eucaristia. Por isso, para um cristão, o desenvolvimento integral e solidário também passa por aí. Passa pelo não esquecer que o que celebramos é “*em memória de Mim*”, isto é, é fazer o que Cristo fez. E este é o maior impulso à acção. A Eucaristia é presença, sem dúvida, mas é também símbolo de partilha:

“Se o rito tão significativo do sacerdote partindo o pão (símbolo de comunhão, de paz, de fraternidade), antes da distribuição [aos fiéis, na comunhão], não corresponde mesmo à participação efectiva do pão-pão, do pão-justiça, do pão-cultura, do pão-liberdade com aqueles irmãos de toda a

¹⁰ Cf. POLICARPO, J. – “Sinais dos tempos hoje” na sociedade e na Igreja em Portugal [*Conferência nas Jornadas Pastorais da CEP, 2011*], 6.

humanidade que não possuem suficientemente desses pães, pomos em causa a própria estrutura do símbolo sacramental”¹¹.

À Igreja não incumbe edificar a sociedade justa. Nem substituir o Estado. Mas também não fica à margem da luta pela justiça e pelo desenvolvimento. Para isso, usa de vários contributos: a argumentação racional; a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem comum; a efectiva atenção às pessoas, especialmente às mais necessitadas; a proposta do amor como o «mais além da justiça»; a denúncia de que, no mundo secularizado, o poder sente a tentação da sua própria autodivinização, mostrando que quando os homens intentam arrebatam o poder de Deus, os débeis são despojados, como tão bem relata o paradigmático caso da vinha de Nabot; etc. Mas fá-lo, fundamentalmente, despertando as forças espirituais em ordem àquela alteridade humanizada, que é o contrário da massificação alienada.

É para aqui que apontam as palavras muito fortes –porventura duras e insuportáveis para alguns ouvidos- que o actual Papa escreveu na já referida encíclica “*Caridade na verdade*”:

“Somente se pensarmos que somos chamados, enquanto indivíduos e comunidade, a fazer parte da família de Deus como seus filhos, é que seremos capazes de produzir um novo pensamento e exprimir novas energias ao serviço de um verdadeiro humanismo integral. Por isso, a maior força ao serviço do desenvolvimento é um humanismo cristão que reavive a caridade e que se deixe guiar pela verdade, acolhendo uma e outra como dom permanente de Deus. A disponibilidade para Deus abre à disponibilidade para os irmãos e para uma vida entendida como tarefa solidária e jubilosa. Pelo contrário, a reclusão ideológica a Deus e o ateísmo da indiferença, que esquecem o Criador e correm o risco de esquecer também os valores humanos, contam-se hoje entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento. *O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano*” (CV 78).

Caros participantes nestas Jornadas, como crentes, temos um «próprio», um específico: não pensar o desenvolvimento, que todos desejamos, sob a perspectiva da frieza dos números, mas de acordo com os parâmetros fundamentais da dignidade humana, da fraternidade universal e da comum paternidade de Deus que nos criou à sua imagem e semelhança.

¹¹ BENNÁSSAR, B., *Moral para una sociedad en crisis*. Salamanca: Sígueme, 1986, 267.

+ Manuel Linda